



ENVELHECIMENTO E A RECONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: relato de experiência no centro de Atenção Psicossocial Dr. Martinelli Cavalcá-CAPSi Teresina-PI

Amanda Furtado Mascarenhas Lustosa¹

Paula Nayana Santiago Souza²

Alexandre Lopes e Silva³

Thalita Furtado Mascarenhas Lustosa⁴

⁵

RESUMO

A população brasileira possui cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa mais de 11,1% da população de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ascendente o debate sobre a questão, sendo de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família, a garantia de uma velhice com dignidade e respeito. O artigo procura refletir sobre o envelhecimento na sociedade, enfatizando a exclusão social e destacando a importância de ações que valorizam o papel do idoso, assegurando-lhes todos os direitos adquiridos e inerentes a pessoa idosa e respeitando suas condições de cidadania.

Palavras-chave: Envelhecimento, Exclusão Social, Cidadania.

ABSTRAT

The Brazilian population has about 21 million people aged 60 years or more, representing more than 11.1% of the population according to the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Ascending the debate on the issue, and the responsibility of the state, society and family, the guarantee of an old age with dignity and respect. The paper discuss aging society, emphasizing the social exclusion and highlighting the importance of actions that value the role of the elderly, providing them all the rights inherent and acquired the Elder and respecting their conditions of citizenship.

Keywords: Aging, Social Exclusion, Citizenship.

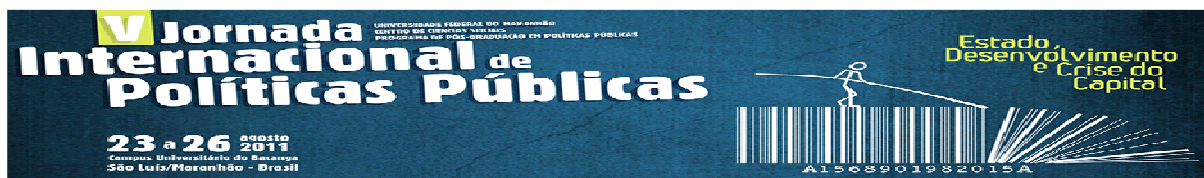
¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI). amanda-facime@hotmail.com

² Bacharel. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

³ Estudante de Graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

⁴ Bacharel. Universidade Federal do Piauí (UFPI).

⁵ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Piauí (UFPI).



PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NO BRASIL: Uma compreensão panorâmica

O Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2008, possui cerca de 21 milhões de pessoas acima de 60 anos de idade, o que representa um aumento de 8,8% para 11,1% da população idosa entre os anos de 1998 e 2008.

Os dados revelam um crescente aumento no número de idoso no país, o que conseqüentemente, demandará a implementação de políticas públicas específicas para esse segmento, garantindo-lhes o direito à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, o direito à saúde, à educação, cultura e lazer, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social e a assistência social.

Destarte, foram criadas legislações que visam assegurar a efetivação dos direitos da pessoa idosa, dentre elas destacam-se a Política Nacional do Idoso (lei nº 8.842/1994), que tem como objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade; a Política Estadual do Idoso (lei nº 5.244/2002 e nº 5.479/2005) que segue em consonância com os objetivos da Política Nacional em âmbito estadual, o Estatuto do Idoso (lei nº 10.741/2003), criado com o intuito de regular os direitos assegurados para esse segmento, assim como a aprovação de decretos e resoluções que garantem o acesso gratuito nos transportes interestaduais.

Para tanto, mais do que incentivo e comprometimento do poder público para com essa questão, é necessário mudanças no padrão de compreensão e atitudes da sociedade para com o idoso, excluindo cotidianas práticas tradicionalmente discriminatórias, onde as pessoas mais velhas são estereotipadas e consideradas em enfermidades, incapazes e dependentes, rotuladas como peso morto e improdutiva para a sociedade capitalista.

Segundo Moragas (2004), a velhice durante muitos anos foi considerada como critério de status social, a experiência de vida era respeitada e acatada por outras gerações, considerada como fonte de conhecimento para as gerações futuras. Nos dias atuais, o conhecimento adquirido durante a trajetória de vida foi substituído pela inovação, ciência e pela juventude.

Nessa sociedade, valoriza-se o trabalho como fonte de status econômico e social. O homem é valorizado pela força física e a capacidade de gerar lucros, ficando o trabalhador com mais de 60 anos a margem dessa nova concepção e excluído das condições de reprodução social, o que implicará na sua desvalorização social.



Desse modo, o processo de envelhecimento é encarado como um processo degenerativo e exclusivo, onde se anula toda a potencialidade do desenvolvimento humano do idoso, restringindo-lhes a certas atividades e espaços.

ENVELHECIMENTO E A RECONSTRUÇÃO DO “*SER IDOSO(A)*”na Contemporaneidade: O exercício da cidadania inserido em serviços de Saúde

A questão do envelhecimento é uma problemática que se situa como central para a garantia da cidadania. Dessa forma, é importante que se esclareça que cabe a toda a população discutir a temática, uma vez que todos os segmentos societários, como a infância, juventude, fase adulta e idosos, estão direta ou indiretamente envolvidas no processo de envelhecimento.

Buscaremos aqui sintetizadamente relatar a experiência vivenciada na atuação de estágio supervisionado do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, no Centro de Atenção psicossocial Infanto-Juvenil Dr. Martinelli Cavalcá-CAPSi, situado na cidade de Teresina, no Estado do Piauí, em uma intervenção direcionada para a Educação em Saúde, que visa a efetivação das Ações Sócio-educativas, como estabelece os Parâmetros para a Atuação dos Assistentes Sociais na Saúde, como prática do Serviço Social na instituição citada.

Para tal, é crucial destacar que o subsídio teórico para tal intervenção foi construído no decorrer da disciplina de Políticas Públicas e o envelhecimento, ministrada pela professora Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva.

A atividade desenvolvida consiste na Sala de Espera, um dispositivo utilizado em espaços de espera de atendimento, que oportuniza o tempo dos usuários na instituição. Desta forma, se propõe a discussão de um tema, que se desenvolverá com a participação dos usuários. O objetivo da atividade é difundir informações que viabilizam o acesso aos direitos e o combate ao preconceito, possibilitando de forma simples uma vida mais digna e respeitando o tempo do usuário, que situado no contexto de vida contemporânea apresenta dificuldades de horários disponíveis para se fazer presente nas instituições de saúde ou nas reuniões na comunidade, posto que na sua maioria possui uma jornada dupla ou tripla de trabalho.

São diversas as temáticas abordadas, como exemplo, O Preconceito; O Homem como cuidador; Auto-estima: cuidando do cuidador; Fortalecendo os Vínculos Familiares; Direitos dos



Usuários dos Serviços de Saúde; Família: Direitos e Deveres e dentre outros, como o que relataremos a seguir: Envelhecer e Saber Viver, que trata a questão do envelhecimento desmistificando estereótipos e suscitando o interesse por conhecer o processo do envelhecimento e suas implicações.

É relevante destacar que a escolha dos temas acima citados, que são trabalhados na atividade de Sala de Espera, não são escolhidos por opção do coordenador da atividade, ou por interesses institucionais, mas sim, tem sua origem na construção de um estudo de realidade que viabiliza a compreensão das questões que emergem como apropriadas ao contexto da realidade social e de interesse dos usuários na construção de um projeto de vida com condições de qualidade estabelecidas.

A questão do envelhecimento situada no âmbito da Saúde Mental está relacionada ao crescente número de avós e avôs, que muitas vezes, além de exercerem o papel de chefes de família (sustentando domicílios, nos quais a sua aposentadoria é a única fonte regular de renda) estes ainda vem atuando como cuidadores de netos(as) com transtornos mentais, assumindo a responsabilidade do cuidado, que seus genitores biológicos negam , em função de motivos diversos, como:

- ✓ Novas ligações matrimoniais;
- ✓ Falta de responsabilidade/maturidade, em função de gravidez precoce;
- ✓ Falta de tempo, devido ao trabalho fora do domicílio;
- ✓ Ausência de condições financeiras para contratar alguém destinado ao cuidado dos filhos;
- ✓ Inaptidão para o cuidado do portador de transtorno mental, que requer cuidados especiais, dentre outros.

Esta situação exposta acima é bastante comum nos serviços de saúde mental, assim determinados idosos reconstruem seus projetos de vida no decorrer da velhice por necessidades postas a estes por seus filhos biológicos, ou por situações diversas, como adoções. O cerne da discussão cabível aqui visa despertar no leitor uma reflexão crítica sobre questões como: Se este cuidado é motivado por interesses do projeto de vida da pessoa idosa, por sua escolha ou será esta situação estabelecida por determinações de situações postas, por circunstâncias determinadas? Até que ponto este cuidado exercido pelo idoso contribui para o seu processo de envelhecimento ou então dificulta a vivência desta tão sonhada fase de “descanso da vida”?



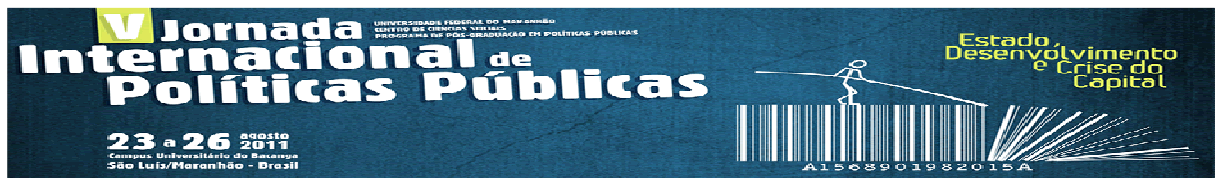
Diante do exposto, debater o processo do envelhecimento em serviços de saúde mental diante deste contexto visa despertar questionamentos acerca do significado do envelhecimento para a sociedade atual, em uma construção intergeracional, a fim de desenvolver a percepção crítica referente a estas questões citadas acima. Ademais deseja também proporcionar uma reflexão acerca das posturas adotadas diante do velho e assim, do envelhecimento. O que remete a uma apreensão dos direitos de cidadania que cabe a pessoa idosa e da sua possível violação, ou quem sabe de uma ressignificação das potencialidades da pessoa idosa?

O empoderamento dos sujeitos que participam da sala de espera, no geral crianças e adolescentes com transtornos mentais e cuidadores, nas mais diversas faixas etárias, (incluindo pessoas idosas como público constante), é norteado pelo questionamento inicial do significado da velhice na sociedade atual. Assim, de forma bastante descontraída, utilizando de recursos lúdicos, dinâmicos, se objetiva construir uma identidade da pessoa idosa, presente no imaginário social. Logo em seguida busca-se construir um paralelo entre as boas e más características atribuídas a pessoa idosa.

Esta metodologia visa apreender como a pessoa idosa é vista e contribui para a desmistificação de preconceitos como: a concepção errônea de que existe uma dicotomia entre juventude *versus* velhice, como se estas fossem categorias opostas, o que desconsidera o fato de que apenas se tratam de etapas diferenciadas de um processo natural do desenvolvimento humano.

Outra pré-noção errada é a de que as características da pessoa idosa são peculiares a sua faixa etária, o que não se apresenta de forma coerente, já que, no geral, um adolescente rabugento, provavelmente será uma pessoa idosa rabugenta, bem como um adolescente otimista será uma pessoa idosa otimista. Somado a este fator, podemos considerar que é comum observarmos uma associação errada que acredita que a juventude está diretamente relacionada à saúde e felicidade o que muitas vezes não ocorre se considerarmos que é elevado o número de jovens envolvidos com drogas, viciados, insatisfeitos, infelizes, depressivos.

É destacado que também as dificuldades inerentes ao ciclo natural do desenvolvimento humano, já que existe o envelhecimento orgânico e suas consequências. Assim, busca-se esclarecer que é normal que a pessoa idosa apresente doenças crônicas decorrentes do desgaste físico, psíquico e social sofrido com o passar dos anos. Mas daí a ele ser considerado doente e incapaz, como uma porcentagem da população preconceituosamente considera, existe uma grande diferença. Afinal de contas doenças crônicas também atingem pessoas



jovens, que podem levar uma vida praticamente normal, desde que respeitados alguns cuidados.

A falta de memória, outra categoria que sempre ganha destaque na busca de uma caracterização da identidade da pessoa idosa, não é uma característica só do envelhecimento. A memória não envelhece, o que ocorre frequentemente é que ela passa a ser menos exigida, piorando pela falta de uso. Assim, para mantê-la, devemos exercitá-la.

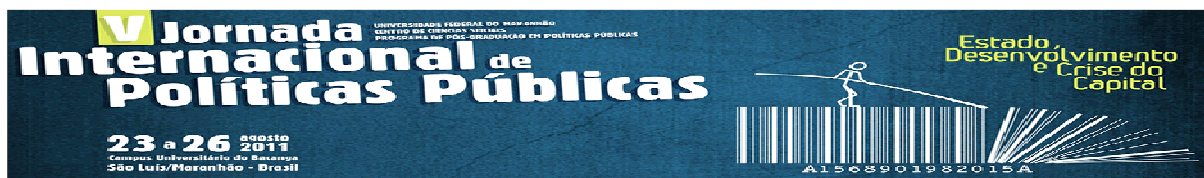
Explicações como estas tecidas acerca de pré-noções que prejudicam a compreensão do envelhecimento contribuem para desmistificar as implicações negativas atreladas ao envelhecer e demonstram que o processo de envelhecimento saudável é sim possível, trata-se de uma postura otimista diante da vida, pois se trata de envelhecer e saber viver, com todos os direitos e prerrogativas adquiridas e inerentes a pessoa idosa, respeitando suas condições de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de envelhecimento impõe uma nova postura da sociedade com relação aos cuidados e a garantia dos direitos para esse segmento. O idoso precisa ser visto como um ser de direito e ativo, não a margem das decisões e tendo suas atitudes infantilizadas.

É preciso que ganhe destaque na agenda das políticas públicas a criação de espaços de enfrentamento da violência à pessoa idosa, quer através da violação de direitos ou da falta de conhecimento e efetividade destes. Dito isto, é de suma relevância debater a questão ,posicionamento este evidenciado no relato de experiência aqui desenvolvido em um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, uma vez que o processo do envelhecimento e sua nuances perpassa por todos os setores da população e precisa de profissionais e usuários que assumam a postura de difusores das necessidades da pessoa idosa, seus direitos e suas possibilidades de vida plena.Dito de outra forma, é urgente a existência de investimentos em estudos e profissionais que sejam referência na área da gerontologia social,para que as pessoas idosas tenham acesso á condições mais dignas de envelhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. **Estatuto do Idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2009.

Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao_de_vida/indicadores_minimos/sintese_indicadores_sociais2009/indic_sociais2009.pdf. Acesso em 28 de junho de 2010.

MORAGAS, R.M. As Relações Intergeracionais nas Sociedades Contemporâneas. In: **A Terceira Idade**/Serviço Social do Comércio. ST – Gerência de Estudos e Programas da Terceira Idade. Vol. 15, nº 29 (jan. 2004) São Paulo: SESC – GETI, 2004, p. 7-27.

PARÂMETROS PARA A ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE (versão preliminar). Grupo de Trabalho Serviço Social na Saúde. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, Março de 2009.